



O que está sendo feito?

1. Giac e MPT pedem informações ao Ministério da Saúde sobre revogação da lista de doenças do trabalho e exclusão da covid-19 do rol



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) enviaram ofício conjunto ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre as normas que revogaram a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), com a exclusão da covid-19, do rol. O documento é assinado pela coordenadora nacional

finalística do Giac, a subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado, e pelo procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, e foi endereçado ao secretário executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, nessa quinta-feira (3).

A Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho estava prevista na Portaria de Consolidação 5 GM/MS. A norma foi expressamente revogada pela Portaria 2.309/20, de 28 de agosto, que atualiza a lista, sem incluir a covid-19 entre as doenças. No entanto, um dia após a publicação, a nova lista foi revogada pela Portaria 2.345/20. O Giac e o MPT questionam a motivação da revogação da lista e se há previsão de publicação de novo rol, desta vez com a inclusão da covid-19 entre as doenças relacionadas ao trabalho. [Leia mais.](#)

2. Município de Juazeiro (BA) deve intensificar fiscalização em bares e restaurantes

O município de Juazeiro (BA) deverá intensificar a fiscalização nos estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes, lanchonetes, academias, salões de beleza e em templos religiosos para evitar descumprimentos das regras sanitárias impostas por conta da pandemia do coronavírus. Esse é o



principal teor de recomendação expedida nesta semana pelo Ministério Público estadual e pelo MPF. O documento pede que o município atue de forma diária e preventiva, acompanhando as medidas impostas aos estabelecimentos como condicionantes da reabertura e funcionamento previstas nos decretos municipais, de modo a evitar o descumprimento das regras sanitárias e aglomeração de pessoas. [Leia mais.](#)

3. Destinações do MPT em Goiás garantem leitos de UTI para o Hospital do Câncer de Rio Verde

Uma destinação de recursos financeiros do Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT/GO), em conjunto com a Justiça do Trabalho, possibilitou a construção de dez leitos de terapia intensiva (UTI) no Hospital do Câncer de Rio Verde, que atende principalmente pacientes de menor poder aquisitivo. Seis leitos já estão em funcionamento desde agosto, e o restante aguarda a chegada de equipamentos. Cerca de R\$ 1 milhão foi destinado pelo MPT para equipar o hospital. [Leia mais.](#)

4. MP/SC acompanha criação de protocolo para retorno das aulas presenciais em Joinville

O Ministério Público de Santa Catarina instaurou procedimento para acompanhar a criação do protocolo que define as diretrizes que serão adotadas em escolas da rede municipal, tanto por alunos quanto por professores e demais funcionários, para a volta às aulas presenciais. A elaboração do documento foi acompanhada também pela Defensoria Pública, por meio de procedimento próprio. O retorno às aulas presenciais no município será gradual, atingindo inicialmente 30% dos estudantes matriculados em cada turma, com redução da carga horária diária para duas horas por período do dia. A quantidade de alunos em sala de aula aumentará progressivamente até chegar a 24,5 mil alunos tendo aulas presenciais por semana. [Leia mais.](#)